

BEM-ESTAR, BUROCRACIAS MUNICIPAIS E PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

INTRODUÇÃO

Tendo como referência os estudos sobre o federalismo brasileiro, tomamos o município como unidade de análise para o debate sobre bem-estar urbano.

Para a análise, utilizou-se o Índice de Bem Estar Urbano, desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles, articulando com questões como a ocupação territorial, IDH, índice de Gini, burocracias municipais e partidos políticos nas eleições de 2008 e 2012.

Indo além, e não menos importante, levar em consideração a variável do ano de criação dos municípios como uma ferramenta de investigação a respeito do assunto.

MÉTODO

Este estudo utiliza um banco de dados contendo informações dos 5,5 mil municípios brasileiros sobre dados eleitorais (disponibilizado pelo TSE), municipais (disponibilizado pelo IBGE), e Índice de Bem-Estar Urbano (disponibilizado pelo Observatório das Metrôpoles) e Índice de Gini (PNAD), para aplicação de testes de associação e correlação.

RESULTADOS

Para efetuar a análise estatística dos dados foi utilizado o software IBM SPSS. Assim, ao realizar testes de associação entre as cinco dimensões do IBEU (Mobilidade Urbana, Condições Ambientais Urbanas, Condições Habitacionais Urbanas, Serviços Coletivos Urbanos e Infraestrutura Urbana) juntamente com o tamanho da população, ano de criação dos municípios e partidos eleitos no executivo municipal em 2008 e 2012 é a dimensão dos Serviços Coletivos que apresenta, em maior ou menor grau, associação com essas variáveis.

Tabela 1: Municípios e Serviços Coletivos Urbanos

População	Muito ruim	Ruim	Médio	Bom	Muito bom
Até 5.000	6,10%	58,40%	7,00%	8,90%	19,70%
5.001 até 10.000	7,60%	47,90%	9,40%	12,70%	22,50%
10.001 até 20.000	8,30%	39,40%	13,40%	14,00%	24,90%
20.001 até 50.000	7,50%	33,30%	14,50%	16,20%	28,50%
50.001 até 100.000	5,00%	31,80%	14,50%	16,80%	31,80%
100.001 até 500.000	2,40%	14,60%	18,90%	23,60%	40,60%
Acima de 500.001	0,00%	11,40%	17,10%	22,90%	48,60%
Total	6,70%	47,20%	10,20%	12,30%	23,60%

Fonte: IBGE e Observatório das Metrôpoles.

CONCLUSÃO

Tendo em vista que o Brasil é uma federação que combina centralização de recursos fiscais com descentralização política e administrativa, conclui-se que a questão do bem-estar urbano apresenta desafios para um bom desempenho.

Isso porque existe grande heterogeneidade econômica e social que reforçam os elementos de dispersão presentes nas relações intergovernamentais (Souza, 2003; Kerbauy, 2005).

Essas diferenças significativas entre os municípios associadas a seu tamanho podem ser percebidas quando se examina a estrutura do serviço público e a provisão de políticas urbanas que constituem responsabilidade do governo municipal.

REFERÊNCIAS

- BORJA, J. e CASTELLS, M. "As cidades como atores políticos". Revista Novos Estudos. São Paulo, Cebrap, n.45, jul. 1996, p.152-166.
- CAMPOLLO DE SOUZA. "Federalismo no Brasil: Aspectos Politico-Institucionais". Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 21, n° 6, p. 7-40, 2006.
- LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- MARENCO, André. Topografia do Brasil profundo: votos, cargos e alinhamentos partidários nos municípios brasileiros. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 19, nº 1, junho, 2013, p. 1-20.
- TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. A criação de municípios após a Constituição de 1988A Criação de municípios após a Constituição de 1988. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 17, n. 48, p. 61-89, Feb. 2002.
- MENEGUELLO, Rachel. Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985 -1997). São Paulo: Paz e Terra, 1998.